

3. Uma das características mais marcantes do pensamento kantiano é a defesa pela autonomia do sujeito. Se no âmbito prático a autonomia significa a capacidade da razão de dar a si mesma as próprias leis, então, na esfera da educação, autonomia implica a capacidade do aprendiz de alcançar por sua própria conta o saber. Seguindo a esteira do iluminismo, a aprendizagem para Kant se dá fundamentalmente através do esforço pessoal e do desenvolvimento da capacidade reflexiva do sujeito, independentemente dos conteúdos ensinados ou legados por outros sujeitos ou pela tradição na qual ele se encontra inserido (que pertenceriam, pois, ao âmbito da heteronomia).

Para além de uma visão estritamente iluminista da educação, a concepção kantiana de aprendizagem contribuiu, de modo basilar, para a mudança de foco quanto ao processo educacional, que deixou de centrar-se na transmissão de certos conteúdos ~~para~~ ao valorizar a formação do indivíduo como sujeito autônomo, capaz, portanto, de pensar e refletir por si mesmo. Como consequência, a educação deixou de ser vista como meramente reprodutivista, visando a manutenção e perpetuação das estruturas sociais, ganhando, desta feita, contornos emancipatórios. O processo de aprendizagem, neste sentido, passa a compreender não uma reprodução, mas sim uma libertação das amarras sociais, tornando possível, com isso, uma crítica e um consequente aprimoramento ou até mesmo um abandono daquelas.

Do mesmo modo que a educação em geral, a aprendizagem da filosofia também deve muito a Kant. Dentro desse contexto, aprender filosofia significa mais do que a absorção e capacidade de reproduzir certos informações e conteúdos atrelados à história da filosofia. Nesse sentido, não há propria-

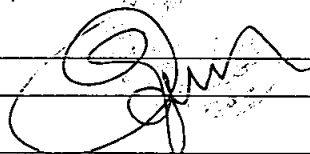
mente uma "história" da filosofia, na medida que a filosofia, como uma expressão da nossa capacidade de pensamento e de reflexão, não se limita e se reduz a um relato histórico de si mesma. Antes, a apresentação cronológica dos temas, conceitos, debates filosóficos serve apenas como um recurso didático para promover um verdadeiro filosofar, isto é, o desenvolvimento das nossas capacidades reflexivas e de articulação daqueles mesmos temas e ideias. Por isso, para Kant, qualquer tentativa de ensinar a filosofia e não a filosofar, ignorando a autonomia do aprendiz, está fadada ao fracasso.

Essa concepção de aprendizagem da filosofia lança, contudo, uma série de desafios para a sua realização ~~concreta~~ concreta, especialmente no que tange à avaliação. De fato, pensar na avaliação é pensar na forma do ensino-aprendizagem; e se assumirmos essa concepção de aprendizagem, como uma construção pessoal, como captar ou medir o progresso dos alunos? Primariamente, temos de ter em vista que a avaliação serve para corrigir os rumos das aulas e reorientar estratégias de ensino e que pode ter uma função diagnóstica (mapear conhecimentos prévios), formativa (completar a formação) e quantitativa (medir, de fato, a aprendizagem). Todas essas funções são relevantes, apesar da função formativa condizer mais com essa concepção "construtivista" da aprendizagem da filosofia. Em segundo lugar, devemos atentar também para os instrumentos empregados na avaliação. Provas, trabalhos e seminários são os instrumentos mais utilizados para avaliar habilidades (como a articulação e organização textual, combinando, por exemplo, uma análise de textos não filosóficos em diálogo com a tradição filosófica) e o domínio de conceitos (segundo certos conceitos filosóficos). Contudo, a produção de ensaios (num formato não acadêmico, apropriado, portanto, a um aluno de ensino médio) parece dar uma maior liberdade para o pensar.

2. A questão do currículo é hoje um dos temas mais debatidos pelos estudiosos em educação. O que ensinar e como organizar e estruturar o que é ensinado não são questões ~~de~~ de respostas prontas e óbvias, especialmente se assumirmos ~~uma~~ uma visão de educação como um processo formativo integral, no qual o aluno é o sujeito principal e o professor é apenas um mediador ou facilitador do aprendizado, e cujo objetivo principal é a cidadania, dentro de um ideal democrático. A complexidade e a diversidade das sociedades contemporâneas, dentro desse contexto, se manifestam com ainda mais força e virulência, exigindo um modelo educacional capaz de satisfazer as suas demandas e contemplar os vários grupos e visões de mundo que aquelas abarcam.

Tendo isso em vista e diante do engessamento dos conteúdos disciplinares dos currículos tradicionais, foi desenvolvida a ideia de transdisciplinaridade. Essa, sinteticamente, aponta para a existência de conteúdos transversais, que não apenas se limitam a uma disciplina como também atravessam todo o currículo. Neste sentido, não são conteúdos disciplinares (próprios de uma única disciplina), como tampouco se confundem com conteúdos interdisciplinares (aqueles comuns e que aproximam duas ou mais disciplinas). Conteúdos transversais atravessam, portanto, todo o campo do saber, unificando o conhecimento e, por isso, transcendendo a divisão disciplinar.

Do meu ver, diante daquela visão contemporânea de educação, os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígenas devem ser classificados como conteúdos transversais e ~~em~~, portanto, devem ser trabalhados na forma de projetos, encontros, debates e atividades com toda a



comunidade escolar (ou, ao menos, com o ano escolar).

Todavia, apenas de ultrapassar as barreiras disciplinares, a filosofia - que também possui uma natureza parcialmente transversal - pode contribuir para o ensino e estudo daqueles conteúdos de maneira mais específica e concreta, fornecendo eixos temáticos e conceitos-chave. A história e cultura afro-brasileira e indígena, nesse sentido, poderiam ser trabalhadas numa aula de filosofia a partir: do debate entre história e cultura, analisando os critérios para o registro e para a memória de um povo (o que constitui a cultura, etc.); do debate entre as formas políticas e a democracia, discutindo quais são as exigências inclusivas de um modelo democrático; do debate entre o perspectivismo e alteridade, e como essas visões impactam as relações morais e de poder; do debate acerca da linguagem e de como os sentidos estão atrelados ao uso e à referência, acartando distintas visões de mundo; do debate acerca dos direitos humanos e os limites da interferência cultural às organizações quilombolas, às tribos indígenas; e a partir ainda de outras éticas que se mostrarem pertinentes.

Assim, apesar de lidar com um tema que ultrapassa as barreiras de uma investigação eminentemente filosófica, a própria filosofia pode discutir direta e indiretamente os conceitos próprios e a mesma a ideia geral da história e cultura afro-brasileira e indígena a partir de seu próprio arcabouço teórico, lançando mão de conceitos, temas e discussões da tradição filosófica para apresentar, trabalhar e estimular uma verdadeira reflexão acerca desse tema, tão caro à sociedade brasileira.

3. A ~~escolha~~ ^{escolha} do livro didático para um curso de filosofia no ~~ensino~~ ensino médio deve, ao meu ver, atender a alguns requisitos. O livro deve ser encarado como um material de consulta, complementar às aulas, mas que também contribua para a formação e a construção do interesse na disciplina e nos seus temas e discussões por parte dos discentes. Sendo assim, deve possuir: extratos de textos filosóficos e não filosóficos, mas atrelados direta e imediatamente ao conteúdo proposto em cada capítulo; questões gerais, que estimulem a reflexão dos alunos para além do conteúdo transmitido; que contemple não apenas temas filosóficos, mas que possua uma parte para abordar cronologicamente a história da filosofia (já que a apresentação dos abstratos conceitos filosóficos junto ~~ao~~ ao contexto histórico no qual foram formulados facilita a compreensão e fomenta a percepção da importância dos mesmos); que forneça sugestões de atividades (filmes, por exemplo) e leituras, para que o aluno se sinta estimulado a buscar e a reconhecer o conhecimento ^{em} a partir de outras fontes; que, por último, possua exercícios reflexivos e que testem, em algum grau, a absorção dos conteúdos (por meio de produção textual, exercícios de reforço, questões objetivas, etc.). Em suma, um bom livro didático é aquele que serve tanto ao professor quanto ao aluno: escrito de um modo claro, objetivo, mas instigante, que estimule o aprendizado e que auxilie o professor em sua função mediadora e formadora.

Isto posto, acredito que no mercado editorial brasileiro hoje há três livros didáticos que se ~~aproximam~~ ^{aproximam} desse ideal: o livro do prof. Celso Keen, que é ~~apresentado~~ ^{apresentado} elaborado seguindo a história da filosofia, mas que não deixa de

contemplar questões temáticas, e que possui uma boa seleção de textos filosóficos, além de possuir uma exposição clara dos conceitos filosóficos; e os livros do Cotrim e Melani que possuem sessões temáticas e uma parte distinta para a história da filosofia (dando uma maior flexibilidade tanto para o professor quanto ao aluno), além de terem interessantes atividades extras, com boas sugestões de filmes em cada capítulo.

Dessa forma, a escolha do livro didático deve seguir uma visão geral de educação e, especificamente, do ensino-aprendizagem da filosofia. O mérito, portanto, de um bom material didático é a oferta de recursos para o aluno e para o professor, permitindo o cumprimento dos ~~objetivos~~ objetivos a que se quer chegar (a formação discente integral).